

JUVENTUDES E DILEMAS DA REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA

Sebastião Everton de Oliveira

Geraldo Leão

Introdução

Trataremos neste texto sobre algumas questões envolvidas na temática da representatividade política considerando o contexto dos movimentos sociais contemporâneos. Os aspectos abordados aqui dialogam com a pesquisa de doutorado sobre participação e representatividade juvenil em movimentos sociais (OLIVEIRA, 2022). Nessa investigação, problematizamos a ausência de representação das identidades políticas em espaços de decisão, tentando compreender como os movimentos juvenis têm refletido e vivenciado esse fenômeno em seus espaços de atuação, bem como os desafios e possibilidades de incidência política e qualificação representativa na contemporaneidade.

Partimos das noções de democracia representativa, articulando a participação social a conhecimentos sobre a sociologia das juventudes e dos movimentos sociais, com debates sobre as lutas por reconhecimento, os conflitos e as demandas por participação política e por inclusão de identidades coletivas nos espaços de poder. As identidades políticas são construções coletivas que disputam um modo de existir na esfera pública, para dar visibilidade a sujeitos subalternizados e responder às lutas e

demandas por direitos, dado que são produzidas socialmente como inexistentes numa dada hegemonia social (CIAMPA, 2009; LINO, 2017).

Nessa perspectiva, optamos por desenvolver a pesquisa com jovens por considerarmos as suas constantes queixas de não se verem representados e reconhecidos como atores políticos. Para isso, levantamos dados de ações coletivas em Belo Horizonte e Região Metropolitana, através de plataformas sobre iniciativas sociais e chamamentos públicos, que produziram informações sobre a rede local, e solicitamos indicações de atores políticos da cidade, que sucessivamente indicaram outras experiências para compor esse mapeamento. Dessas iniciativas mapeadas, chegamos a três coletivas acompanhadas de maneira mais aprofundada. A investigação utilizou análise documental, observação participante, diário de campo e conversações com a participação de 13 jovens denominadas coelaboradoras, fundamentais para as reflexões lançadas aqui.

De modo geral, os dados de campo revelaram que o reconhecimento social passa por atos comunicativos, constituintes de relações de poder, com especial atenção aos contextos socioculturais, às latências e aos efeitos dessas comunicações, das representações e estigmas formulados num sistema-mundo configurado por heranças coloniais, exclusões e continuidades históricas que se perpetuam na sociedade brasileira. Revelaram ainda sujeitos contra-hegemônicos, que estão em movimento e disputam agendas políticas e presenças nos diversos espaços sociais.

Neste caso, o estudo buscou ampliar questões em torno dos debates relacionados ao fenômeno da sub-representação/representatividade política de alguns grupos em espaços de decisão. Diante disso, emergem novas formas de organização e mobilização para o alcance da cidadania e para

efetiva inclusão de “outros sujeitos” na lógica da universalidade de direitos. Assim, seguiremos o diálogo abaixo apresentando um pouco mais sobre essa pesquisa.

Os caminhos da pesquisa

O estudo foi organizado a partir da perspectiva metodológica de pesquisa militante (OLIVEIRA E LEÃO, 2019). Essa abordagem considera como impossível a dissociação entre os âmbitos científicos e políticos (BRINGEL E VARELLA, 2016), propondo então uma ruptura com hierarquias e lugares naturalizados nas relações entre pesquisadores e pesquisados. Sendo todo conhecimento parcial, temporal e socialmente situado (GONZALEZ 1984; BRINGEL, 2011; HARAWAY, 2015), buscou-se construir uma relação de proximidade junto aos sujeitos da pesquisa, aqui, reconhecidos como produtores de conhecimento e coelaboradores da pesquisa.

Como dissemos, inicialmente mapeamos ações coletivas de Belo Horizonte e Região Metropolitana e sistematizamos informações encontradas em plataformas online ou em banco de dados sobre atuações locais. Deste levantamento, foram convidadas três experiências para acompanhamento em profundidade, por serem protagonizadas por jovens e por atuarem no campo das identidades políticas. Foram convidadas as coletivas Pretas T, DiverCidade PL e Manas. Ambas, atuam com distintas bandeiras, híbridas e relacionadas com lutas antirracistas, homoafetivas e feministas.

A coletiva MANAS é composta por 265 mulheres, de diversas orientações e territórios de Belo Horizonte e região metropolitana, que se comunicam mais fortemente por grupo de WhatsApp. É a partir deste grupo

de rede social que a mobilização entre as integrantes acontece, em que dialogam e priorizam seus campos de atuação. Nos formatos de saraus e intervenções artísticas elas possuem papéis sociais distintos, como por exemplo o papel de MC master (mestre de cerimônias), de Comunicadora digital, Slam (Mensal), de mobilizadora do Grupo no WhatsApp (mobilização e convites) etc. Por meio dessa conexão tem sido possível acompanhar e fortalecer os desafios encontrados por essas mulheres no dia a dia.

A coletiva PRETAS T é composta por uma média de seis mulheres transexuais negras. O foco principal da organização está em torno do acompanhamento das trajetórias sociais das participantes, sobretudo na inclusão dessas mulheres em espaços de trabalho e demais oportunidades no campo dos seus direitos e cidadania. O seu engajamento acontece em acionamento de uma participante para outra. Essas integrantes lidam diretamente com a participação e incidência na política institucional, sobretudo a partir de campanhas publicitárias e formação de opinião pública na mídia convencional e/ou nas redes sociais. Na relação com a política institucional, já disputaram uma candidatura ao parlamento estadual. Além disso, estão na construção de uma cooperativa de renda solidária, a Traveka. Em suas atividades de rotina organizam espetáculos performáticos e buscam também incidir nos espaços de formação e articulação comunitária.

A coletiva DiverCIDADE PL tem como perspectiva a incidência política na cidade de Pedro Leopoldo. Essa coletiva tem caráter suprapartidário sendo composta por moradores da cidade, em sua maioria jovens, que desenvolvem formação política, encontros de mobilização e reuniões em espaços públicos da cidade, além de eventos com pautas de

identidades políticas como a Parada Gay e caminhada pela vida das mulheres. Neste propósito, pressionam o poder público municipal para situações emergentes presentes no seu cotidiano.

Para a realização deste trabalho, utilizamos alguns procedimentos metodológicos, tais como “olhar, ouvir e registrar” os fatos analisados, por meio de observação participante (CARDOSO, 2000) e a promoção de conversações com as integrantes desses grupos, valorizando os significados das experiências pessoais e considerando a constituição das zonas de sentidos dessas experiências (GONZÁLES, Rey, 2005). Além disso, as redes sociais dessas coletivas foram acompanhadas visando captar as diferentes identidades online num contexto em que as relações estão profundamente marcadas por experiências online e offline (FRAGOSO, et. al., 2011). Nessa perspectiva, para o diálogo permanente com essas coletivas tivemos como estratégia a entrada nos grupos por meio de três interlocutoras, com auxílio e autorização coletiva para realização do seu acompanhamento. Como a pesquisa foi realizada majoritariamente no período da pandemia do COVID 19, algumas estratégias precisaram ser reelaboradas, especialmente em um contexto de isolamento social, seguindo as orientações das agências de saúde.

Apresentação de alguns resultados

Dos resultados encontrados, apresentamos o levantamento das iniciativas, que embasaram o trabalho de campo, seguido de apresentação dos aprendizados obtidos na relação desses dados com a temática em pauta.

No levantamento de campo, identificamos 323 iniciativas¹, grupos e ações coletivas em Belo Horizonte e RMBH. Destas, 131 estavam vinculadas a

¹ Os dados das amostras podem ser acessados no banco de dados ou podem ser solicitadas para o e-mail dos autores

questões sobre identidades políticas, na luta por reconhecimento na esfera pública. Como descrito anteriormente, a partir desse primeiro passo da pesquisa, três coletivas foram selecionadas e acompanhadas em profundidade. Utilizamos como critérios o fato de serem experiências com uma certa longevidade, alguma consolidação como atuação e estrutura e protagonizadas por jovens ou com maioria deles/as.

Neste momento do mapeamento e convite para participação dos grupos na pesquisa, nos deparamos com a não adesão de alguns grupos para a participação neste tipo de estudo. Dos contatos realizados, pelo menos duas coletivas declinaram do convite para serem acompanhadas, ainda que reconhecessem a importância do tema em pauta. Sobre isso, uma das interlocutoras comenta:

(...) paramos de responder perguntas pra TCC etc., até que a gente realmente pertença a academia. Eu infelizmente não posso, pela minha ética, passar por cima dessa decisão coletiva. (Interlocutora contatada).

Sobre isso, outras participantes também demarcaram a importância da compreensão acerca do acionamento desejado sobre suas experiências neste estudo. Algumas comentaram sobre a relação de suas experiências com a universidade, trazendo não apenas a desconfiança, mas também a relação de seus conhecimentos e a sua validade positiva no campo acadêmico.

Nossos corpos (ou corpa, como chamamos) não são violentos. Conosco está tudo bem. O problema são as pessoas. A linguagem academicista não pode ser barreira, precisa ser ponte e precisamos lidar com essa linguagem como potência. Na verdade, o que deveria ser pesquisado era a cisgeneridade, por uma reparação histórica. Os Cis não são estudados. Neste sentido, não

queremos ser reconhecidos como trans, mas como um coletivo de arte foda. Querem nos chamar de panfletários? Pode. Não gosto de categorizar. Dou tanta aula na UFMG que eu deveria ter um título de notório saber. Hoje amadureci muito e enxergo o coletivo como uma plataforma (tenho dúvidas, mas acho que é isso mesmo). Não queremos apenas sobreviver, precisamos viver. Precisamos de dinheiro para viver. Por isso, inserimos as meninas em vários espaços de trabalho. (Conversação, Juhlia, Coelaboradora Pretas T)

(...) essa questão de a gente ser pesquisada (...) eu também tenho um grande receio do caminho que a universidade nos vê. (Conversação, Giovanna, coelaboradora Pretas T).

Essas tensões foram fundamentais para redirecionar o caminho realizado na pesquisa. Como observado, essa resistência adveio porque consideram que suas inclusões são negadas e, constantemente, são praticados o uso de suas identidades políticas de forma instrumental. Essas questões suscitam leituras complexas de identificação e também desidentificação dessas sujeitas com a universidade e o modo como são teorizadas. Da mesma forma, percebemos que essas questões também atravessavam a dimensão das nomeações, produzindo contradições em classificações, especialmente no sentido de certas fixações que contestam.

Sobre isso, as nomeações aparecem como elementos comunicativos praticados para apresentarem as identidades das coletivas. Ao longo da pesquisa, foi possível perceber, por exemplo, a plasticidade desse processo, conforme trazemos abaixo.

a gente vai sendo. Então é isso, acho que é uma coisa mutável assim, mas também eu não posso garantir muito porque eu sou travesti (risadas). E preta! Porque preta eu não vou deixar de ser nunca! (risadas) (...) E

pensar que daqui a trocentos anos as pessoas vão acessar esse material e eu vou estar ali presa(risos). (Análise documental, Juhliah, Coletiva Pretas T)

Pelo que observamos, os nomes são incorporados de forma historicizada às experiências das sujeitas. Da mesma forma, também identificamos que essa fluidez da nomeação faz parte do grupo.

Como identificado, essa complexidade das nomeações tem passado também pelos movimentos sociais e políticos, por exemplo, nas distinções sobre como as ações coletivas gostariam de ser chamadas, nas distinções da ideia de grupo, de coletivo, de coletiva (como aqui se identificam), ou ainda, nas autoidentificações como ativistas, militantes ou ainda na hibridação de ambas, a depender da posição ideológica e da posição no discurso social.

Nos casos abaixo, vemos como as coletivas revelam que estão em construção, encontrando seus caminhos e suas identificações. Vejamos:

[Sobre a exclusão de “monas” do nome da coletiva] (...) Era pra dar essa abertura mesmo pras gays. Mas, não tava contemplando, sabe? Por que que a gente coloca monas se todo mundo vai olhar pra todo mundo e vai ver um tanto de mulher cis, sabe? Tipo assim... Que passa batidão, sabe? Tá ligado? É você assumir um rolê que você não tá no meio dele, sabe? Aí não tem essa necessidade. Mas era uma preocupação em ter né?(...) você olha pra ela [a coletiva], você nem sabe o quê que é. Se ela acolhe mulheres que estão em situação de abuso; se ela faz roda de conversa. Mas, o que marca as Manas é a poesia. Acho que isso ficou visível, assim (Conversação, Jazz, Coletiva Manas)

É tenso meio definir o perfil, porque a coisa está muito maluca (...) A gente tá querendo na verdade é construir junto, assim. Mas, o sistema não permite. Não quer

escutar. (...) Na política institucional existem três ou quatro famílias que governam a cidade, sem muita novidade. Poucas pessoas trouxeram uma voz diferente. Há uma falta de confiança no velho sistema político e a política para as pessoas sempre ficou a desejar. Então, acredito que a DiverCidade vem trabalhando pra isso. (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL).

Pelo observado, as lutas sociais são marcadas por concepções que passam pelo nome, mas também nos sentidos da comunicação, onde se apresentam e representam no grupo e fora dele.

Nos significados da representação para essas sujeitas, identificamos um sentido muito vinculado à noção de justiça, com reivindicação por presença em espaços de poder e participação em processos de decisão, especialmente, por uma rejeição à ideia que outras pessoas falem por essas experiências, principalmente por não se sentirem representadas, ou por não reconhecerem que os espaços institucionais têm acolhido suas demandas e necessidades concretas.

Sobre essas experiências que vão sendo incorporadas na identidade coletiva, uma das coelaboradoras comenta:

Por volta de uns 14 anos eu conheci o Quilombo Manzo e ali eu pude me reconhecer enquanto negra. E a minha trajetória começa aí neste ativismo, na militância, a partir do reconhecimento enquanto negra, porque muitas vezes a branquitude nos rouba até esse reconhecimento. E de lá pra cá, junto com mulheres de Manzo, eu venho traçando uma história na cidade. E logo mais tarde eu me reconheço enquanto trans. E a partir de então eu começo a entender que para além do movimento negro eu tinha outra coisa e outras questões que me atravessavam. Esses corpos dissidentes, esses corpos tidos às margens da sociedade que cada vez mais

passam a ocupar o hipercentro, que passam a ocupar lugar que também nos pertencem... Então nós entendemos que é a partir daí os espaços de poder também são os nossos espaços. (...) Aí eu me lembro de uma referência minha da infância, da adolescência e até mesmo da juventude que era uma vizinha da minha tia que se chamava Júhlia e é uma mulher preta, maravilhosa, forte e que todos aqueles processos que a gente via num lugar muito distante eu comecei a analisar que eram muito próximos, mas que eu não dava muito conta. (...) Aí eu vejo uma mãe solo, muito foda. Que não tinha acesso a discurso racial, não tinha acesso a discurso feminista, mas foi uma das primeiras feministas que eu tive contato sem saber que era feminista. (Análise Documental, Juhlia, Coletiva Pretas T)

Pelo acompanhamento, percebemos que essas sujeitas praticam a política tendo como principal elemento mobilizador as suas experiências. Pelo que observamos, essa concepção, muito presente nas experiências investigadas, almejam uma autorrepresentação e também representação social mais positiva de si e do seu grupo cultural. Além disso, parecem apontar para uma qualificação das instituições no sentido de que revejam processos e canais de participação. Portanto, por não se verem representadas em diversos lugares, criam alternativas para existirem, articulando novos contratos, ainda que na ocupação e qualificação da institucionalidade que as rejeitam.

De acordo com alguns depoimentos:

A luta institucional também é um caminho a ser trilhado para garantia dos nossos direitos. A falta de representatividade é gigante e é necessário que o povo ocupe estes espaços de poder, ajudando inclusive a

quebrar por dentro essa engrenagem, que é historicamente comandada por homens, brancos e ricos. Ocupá-la, mas propondo uma outra forma de fazer política: radicalmente democrática, afetuosa, pautada pelo respeito à vida e ao meio ambiente. Uma política que não só ouça, mas seja espaço onde a população tenha real poder decisório sobre aquilo que lhe diz respeito.” (Análise documental, Coletiva DiverCidade PL, 2019)

A coletiva me representa por ser um contraponto dentro da cidade, totalmente tradicional (...) me sinto muito representada e me sinto representante dentro dela, porque é um espaço aberto. (Conversação, Ingryd, Coletiva DiverCidade PL)

(...) O que é representatividade, né? Acho que é você olhar pro outro e se reconhecer. Nem que seja um pouquinho. Então, eu olho para as mulheres que são todas artistas, a maioria. Mulheres, a maioria preta. (...) me representa sim. Sabe? (Conversação, Jazz, ColetivaManas).

Pelo que percebemos, as experiências individuais se conectam ao ponto de criarem espaços favoráveis para tratamento de suas angústias e construção de utopias. Com isso, a articulação no grupo cria oportunidades e aprendizados de outras formas de “fazer”, no qual se sentem validadas e ativas no enfrentamento ao sistema que lhes apagam. Com isso, buscam na institucionalidade laços afetivos que caminham lado a lado com as regras institucionais, numa força motriz para processos mais ampliados de participação.

Por meio da participação mais coletivizada e horizontal elas procuram denunciar as negligências e necessidades de cuidado e reconhecimento. Como verificado, os sentidos contidos nas ações coletivas passam também

por essas vivências, que disputam formas de vida menos hierarquizadas e a superação de poderes opressores. Além disso, durante o acompanhamento ficou evidente a pauta da diversidade como valor necessário para a vida em grupo.

Eu fico pensando... a gente fez a primeira marcha LGBT de Pedro Leopoldo. É uma coisa que eu jamais imaginaria, assim. A cidade retrógrada do jeito que é ...A gente puxou a marcha das mulheres aqui também na cidade, sabe? A gente pauta muito essa questão da diversidade mesmo. No nosso dia a dia da militância, fraga? Então, eu acho que a gente tá dando voz pra muita gente, sabe? tipo, a gente tá incluindo os marginalizados pela sociedade leopoldence, na sociedade de novo, sabe? Eu vejo assim, essa questão. (Conversação, Gael, Coletiva DiverCidade PL)

A gente conta uma história só pra servir. Nos emocionamos ao falar das nossas histórias como candidatos negros. Eles querem a gente na luta, no embate. Mas não dizem que a gente pode. Nem sei quanto um vereador ganha. Partidos fazem sentido junto com o povo. E essa é a voz que a gente quer (Conversação com coelaboradora da pesquisa).

(...) até a própria prefeitura, vereadores assim, eles não tratam a gente tipo assim... “ah! esses bagunceiros!” Eles trocam ideia, eles não fazem piadinha. Eles falam: “vocês estão de parabéns. Pra esse projeto aí que vocês estão apresentando” (Conversação, Otávio, Coletiva DiverCidade PL)

Eu leio Sueli Carneiro, e entendo que a primeira condição para mim, que é inegociável é a nossa condição humana. Porque nós ainda não temos uma condição humana. Nós ainda não somos tidas como mulheres, enquanto travestis, homens trans, transexuais,

negros e negras, nós não temos ainda a condição humana. (Análise documental, Juhlia, Coletiva Pretas T).

Como trazido acima, as experiências grupais são inseparáveis das experiências vividas por cada sujeita. É nessa interlocução que vão se constituindo suas identidades coletivas, atribuindo valores sociais e sofisticações sobre suas práticas para um bem viver. De modo geral, além de denunciar as exclusões a que são submetidas, as coletivas vão criando fissuras e incidências políticas nos espaços que atuam.

Algumas reflexões em diálogo com os aprendizados de campo no sentido das represent(atividades)

Assumimos uma abordagem transdisciplinar na concepção de representação e das representatividades, pelos variados sentidos sobre essa temática, como nos estudos das ciências políticas (representação parlamentar na política institucional); os estudos da linguagem (representações simbólicas nas enunciações – semiótica); estudos da psicologia (representação social dos comportamentos e desenvolvimento de personalidades); e os estudos multiculturais (identidade representada, disputada e constituída na diferença).

Além dessa consideração, também reconhecemos a conjuntura latino-americana, onde se constituiu um padrão de dominação e representação, muito vinculada à exploração e força do trabalho como herança da colonização. Portanto, num contexto de desigualdades estruturais e raciais, nossa pesquisa também mobilizou e se sustentou teoricamente a partir dos aprendizados das noções de biopolítica e biopoder (FOUCAULT, 1979; MBEMBE, 2011), considerando que tecnologias do poder passam a serem

organizadas pelas instituições para controle dos comportamentos e regulação da vida social.

Além disso, compreendemos que as representações passam pelas vivências pessoais, mas estão diretamente associadas a causas e valores culturalmente produzidos, por isso, se faz necessário democratizá-las.

A ideia de representação trazida aqui passa primordialmente pela interação e atos de fala com produção de sentidos e transformações por meio da linguagem. Por isso, as representações não podem ser universais e nem estáticas, mas assumem formas concretas na produção de imagens e reprodução de conceitos, o que também revela que o sistema representativo não é neutro (SANCOVSKI, 2007).

Sendo assim, também descobrimos que existem diversas fontes que autorizam para que uma representação aconteça. Da mesma forma, apesar do protagonismo necessário de quem vive as opressões, também ficou evidente que a representatividade não deve ser matéria exclusiva dos grupos oprimidos. Com isso, as identidades foram tidas aqui como categorias centrais, especialmente considerando o fenômeno da estereotipagem e esses padrões que constroem valores de sujeitos inferiores e superiores, diante de sua característica identitária-bio-sociopolítica (HALL; WOODWARD, 2012)

Nesta leitura de fenômeno, identificamos que identidade social precede a identidade política. E por desviar das condutas e normas hegemônicas, as identidades políticas foram aqui reconhecidas como identidades transviadas.

Sobre isso, conforme revelaram os dados de campo, concordamos com a ideia de que as identidades se caracterizam como metamorfoses. (CIAMPA, 2009). Percebemos que suas nomeações e definições são complexas e não

podem ser consideradas fixas, pois estão em constante construção. Além disso, os múltiplos qualificadores que aparecem nessas nomeações indicam que os sujeitos fazem e se refazem numa noção de identidade que vai se alargando e nem sempre o modo como as nomeamos darão conta de representá-las.

Também estivemos atentos a ideia de representação no sentido de apenas “estar” (representação pela imagem), já que essa pode ser estratégia de produção capitalista, de sujeitos conformados, reproduzindo a mesma lógica de construção de padrões excludentes, atentando para a visibilidade como única forma permitida e até prevista para essa representação acontecer (MIRANDA, 2021). São esses padrões resultantes da ausência de determinados corpos e intelectualidades na ocupação de papéis e lugares de direito.

Da mesma forma, identificamos que a autorrepresentação é um desafio, tanto pela natureza da identidade, fluída e provisória, quanto da sua característica polifônica.

Na relação dessas coletivas com a cidade, compreendemos que as diversas representações sobre a “aparição” dos jovens nos seus territórios produzem vigilância social, criminalizando esses sujeitos, os movimentos sociais e suas culturas marginais, além da associação recorrente entre violência, drogas e juventude. Sobre isso, identificamos que essa estereotipagem e a suposta forma de lê-los, especialmente no contexto da desordem social ou da informalidade, diz muito sobre outro modo como se vêm e se organizam.

Ao mesmo tempo, essa discussão atenta-nos para o questionamento de uma postura de “tudo vale”, onde todo mundo pode falar de tudo. Ao

mesmo tempo, tenta superar a noção de que só é sujeito falante aquele que viveu determinada exclusão ou experiência violenta. Este é o melindre que se põe na experiência estrutural de fala única, que diz muito mais de romper e reparar com um silenciamento histórico do que posições isoladas das experiências individuais (RIBEIRO, 2017). Pelo que analisamos, a desconfiança na democracia existe enquanto não há reciprocidade na existência de identidades subalternizadas ou silenciadas, resultando na elevação da universalidade de direitos para uns e negação da vida para outros. Com isso, é possível que haja reconhecimento de representação, mas nem sempre ela pode estar em correspondência com a representatividade de grupos subalternizados.

Nesta racionalidade política – onde se impera o politicamente correto – são percebidos sintomas sociais como na “cultura do cancelamento” e também as práticas do “eutivismo” (JESUS, 2017), propagando uma espetacularização de “si” em práticas individuais que ficam restritas ao processo de denúncia, sem articular e movimentar as instituições sociais democráticas para funcionarem. Neste caso, ainda que exista limites nas instituições e nos espaços em que estão inseridos, essas coletivas acreditam que a representação pode alterar o estado das coisas.

De modo geral, essas são algumas tensões que se colocam na relação entre sujeitos e instituições e que podem nos ajudar a refletir sobre os movimentos sociais e os dilemas da representatividade na contemporaneidade.

Conclusões

Essa pesquisa identificou que essas coletivas problematizam as orientações sobre quais sujeitos/as têm o direito de viver e existir e quais estão silenciados/as e desprotegidos/as nas sociedades contemporâneas. A representação como atividade política, mesmo limitada, foi reconhecida pelas coletivas como discurso que promove uma ampliação de direitos. No entanto, a representatividade ficou aqui endereçada à necessidade do reconhecimento dessas identidades silenciadas pelo Estado e pelas instituições sociais, numa interação e ação comunicativa que, em geral se desenvolve de maneira desigual, em que a reciprocidade não existe, bem como a valorização de suas humanidades.

Vimos nessas experiências a necessidade de valorizar o conflito e recriar formas deliberativas de resolução das divergências sobre a compreensão das leituras de mundo e de diferentes maneiras de resoluções dos problemas sociais. Como identificado, parece fazer sentido que quanto mais democrático e afetivo forem os espaços de atuação, mais tendem a se sentirem representados. Do contrário, naquelas experiências com as quais não sentem identificados e representados, os jovens têm buscado disputar e construir contrapoderes para ocupá-los e transformá-los.

Essas coletivas incidem sobre os espaços de discussão nas cidades, trazendo questões silenciadas e dão visibilidades a corpos e modos de ser e viver transgressores, que procuram ampliar a esfera pública para além dos espaços formais e legitimados de representação e debate político, onde alguns atores com determinado perfil (homens, com maior acesso à renda e informação, etc.) socialmente mais reconhecidos.

Diante disso, ficam os dilemas se ser “porta-voz” de um grupo ou causa, e importância de complementariedade entre práticas representativas

(pelo limite de presença de todos em todos os momentos da decisão coletiva), com práticas da ação direta, que implica a não transferência da soberania para outrem.

Nas interações com a cidade também identificamos que as coletivas vinham atuando em pontos específicos da cidade, tanto para realizar seus encontros e suas reuniões como para vivenciar o lazer e outras atividades menos institucionais. Sobre isso, verificamos que esses espaços possuíam algumas características comuns, como a facilidade de acesso, presença de um contingente maior de pessoas, por concentrar gente e serem passagem de outros grupos, além de serem considerados no imaginário social como espaços marginais. Assumindo-os como lugares em que gostam de estar e onde realizam várias das suas ações (eventos, reuniões da coletiva, intervenções, etc.), as coletivas transformam e ocupam estes espaços como lugares de resistência e conexão com outros sujeitos.

Essas coletivas contestavam a ideia de “dar” voz ao invés de “ter” voz reconhecida, na superação de um discurso e de uma noção passiva sobre eles, com demanda de “autorrepresentação discursiva” no campo dos direitos. Trazem o que talvez seja central para a política, ou seja, aquilo que falta para a representação existir, problematizando a fala de si por outro sem sua autorização. (SPIVAK, 2010). Portanto, problematizam “quem são” nessa representação, o que estava relacionado ao direito de existir, uma dimensão que precede a qualquer outro interesse.

Na sua forma de atuação, as coletivas reivindicavam uma coerência e também diferença na sua identificação e sua forma de atuação, conforme uma constante necessidade de “responder” a um imperativo dos próprios

movimentos sociais, em correspondência com determinados valores da solidariedade e da não exclusão.

Referências bibliográficas

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrev. Junho de 2013, dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 30, n. 88, 2015.

CIAMPA, Antônio da Costa. A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2009.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 2011. (Coleção Cibercultura).

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas. In: Cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006.

GARCEZ, Regiane Lucas de Oliveira. Representação política discursiva e movimento social dos surdos: coletivização de questões como fonte de deliberação. Tese em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017

GONZÁLES REY, Fernando. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

HALL, Stuart; WOODWARD Kathryn. Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Jaqueline Gomes de Jesus fala sobre ativismo intelectual, literatura, transfeminismo e feminicídio trans. Entrevista ao portal Desacato. 14.09.2017.

OLIVEIRA, Sebastião Everton de. Ações coletivas, identidades políticas e formas contemporâneas de representatividade juvenil [manuscrito] / Sebastião Everton de Oliveira. - Belo Horizonte, 2022.

OLIVEIRA, Igor; LEÃO Geraldo; Horizontes juvenis da luta por transporte: o Movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte. Dossiê: Jovens e ativismo em (des)construção: socializações e (in)ações políticas. In: Praxis educativa, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa, v. 14, n. 3, pp. 1007-1026, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica y sobre el gobierno privado indirecto. España: Melusina, 2011.

MIRANDA Shirley, AVELAR Rezende, JESUS Jaqueline de. Banca de Avaliação do Relatório de Qualificação ações coletivas e formas de representatividade juvenil. Universidade Federal de Minas Gerais, 30 de abril de 2021.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017 (Coleção feminismos plurais).

RODRIGUES, Nuno. DannaHaraway e a proposta de conhecimentos situados. LES online, vol. 7, nº 1, 2015.

SANCOVSCHI, Beatriz Sobre a noção de representação em S. Moscovici e F. Varela. Psicol. Soc. 19 (2), Ago 2007.

SPIVAK, GayatriChakravorty. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.